

EXMO. DR. PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA PAULO GONET BRANCO.

—

LUIS EDUARDO GRANGEIRO GIRÃO, brasileiro, Senador da República, portador do documento de identidade de nº 037319 MDCE, inscrito no CPF sob o nº 319.668.103-34, com endereço profissional no Senado Federal, anexo 2, Ala Teotônio Vilela, gabinete 21, Brasília - Distrito Federal, e-mail: sen.eduardogirao@senado.leg.br, **DAMARES REGINA ALVES**, Brasileira, Senadora da República, RG 4102238, CPF 266.308.695-91, com endereço profissional no Senado Federal, Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 04 Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP 70165-900, **MAGNO PEREIRA MALTA**, brasileiro, Senador da República (PL-ES), RG 2067674 SSP/PE, CPF 152.725.674- 04, com endereço profissional no Senado Federal, Anexo 2 Ala Teotônio Vilela, Gabinete 06, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP 70165-900; todos no regular exercício de seus direitos políticos, visando colaborar com o Ministério Público Federal na fiscalização da coisa pública, assegurando a preservação da integridade moral do Estado e a intangibilidade da paz social, por seu patrono com procuração em anexo, vem à presença de Vossa Excelência, na forma prescrita pelo artigo 27 do Código de Processo Penal apresentar

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

em desfavor de **ALEXANDRE DE MORAES**, brasileiro, agente público no exercício das funções de Ministro do Supremo Tribunal Federal, portador da Cédula de identidade RG nº 14.226.210-9, SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.092.608-40, nascido em 13 de dezembro de 1968, natural de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional no Distrito Federal, Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo II A, 3º andar

Zona Cívico-Administrativa, 70175900 - Brasília, DF – Brasil, Telefone: (61) 32173000 Ramal: 4200, pelos fatos e fundamentos que seguem.

- **DOS FATOS:**

O presente caso versa sobre fatos de extrema gravidade que envolvem o Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e que, em tese, configuram o crime de advocacia administrativa, previsto no Art. 321 do Código Penal.

Conforme amplamente divulgado pela mídia, notadamente pelo jornal O Globo, o Ministro Alexandre de Moraes teria realizado diversos contatos com o Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, com o objetivo de tratar de assuntos de interesse do Banco Master, instituição financeira controlada pelo empresário Daniel Vercaro. Tais contatos, que teriam ocorrido em pelo menos quatro oportunidades, incluíram ligações telefônicas e um encontro pessoal, no qual o Ministro teria solicitado a aprovação, por parte do Banco Central, de uma operação de venda do Banco Master para o BRB.



Alexandre de Moraes procurou Galípolo para pedir pelo Master junto ao Banco Central

Relatos sobre contatos de ministro com presidente do BC foram feitos por seis fontes diferentes; mulher de Moraes
oglobo.globo.com



Wálter Maierovitch: Moraes cometeu crime se usou prestígio do cargo para beneficiar esposa
O crime que leva o nome jurídico de 'advocacia administrativa' toma proporções pantagruélicas quando
noticias.uol.com.br

A situação ganha contornos ainda mais críticos em razão do fato de que a esposa do Ministro Alexandre de Moraes, a advogada Viviane Barci de Moraes, mantinha, à época dos fatos, um contrato de prestação de serviços advocatícios com o Banco Master, cujo valor estimado alcançava a cifra de R\$ 129 milhões. Tal avança, segundo informações divulgadas, envolvia a defesa dos interesses do Banco Master perante diversos órgãos públicos, incluindo aqueles sujeitos a procedimentos fiscais, como o COAF, a PGFN, a Receita Federal e o próprio Banco Central do Brasil.

A sobreposição de tais fatos revela um evidente conflito de interesses, na medida em que o Ministro Alexandre de Moraes, valendo-se de sua posição e influência, teria atuado em defesa de interesses privados, em detrimento da imparcialidade e da probidade que devem nortear a conduta de um magistrado. A magnitude do contrato firmado entre o Banco Master e o escritório de advocacia da esposa do Ministro, bem como a natureza dos serviços prestados, que envolviam a atuação perante órgãos públicos, evidenciam a gravidade da situação e a necessidade de uma apuração rigorosa dos fatos.

A conduta do Ministro Alexandre de Moraes, ao realizar contatos com o Presidente do Banco Central para tratar de assuntos de interesse do Banco Master, configura, em tese, o crime de advocacia administrativa, previsto no Art. 321 do Código Penal, porquanto o Ministro, valendo-se de sua qualidade de funcionário público, teria patrocinado, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública.

A relevância institucional do cargo ocupado pelo agente, longe de afastar a tipicidade, impõe maior rigor na apuração. A jurisprudência e a melhor doutrina são firmes no sentido de que quanto maior o poder

institucional, maior deve ser o escrutínio sobre o uso legítimo desse poder.

Diante da gravidade dos fatos narrados e da necessidade de preservar a lisura e a credibilidade das instituições, não restou alternativa ao autor senão buscar a tutela jurisdicional, por meio da presente representação, a fim de que sejam apuradas as responsabilidades do Ministro Alexandre de Moraes pelos atos praticados.

II. DA ADVOCACIA ADMINISTRATIVA E DA VIOLAÇÃO AOS DEVERES DA MAGISTRATURA; DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA O OFERECIMENTO DA PRESENTE REPRESENTAÇÃO.

Vencida a etapa que aponta no sentido de que o Alexandre de Moraes violou os ditames dos nossos preceitos normativos na sua esfera penal, passemos mais detalhadamente à análise do crime de **ADVOCACIA ADMINISTRATIVA** no qual o Representado estaria incurso. Vejamos.

A análise legal da conduta atribuída ao Ministro Alexandre de Moraes exige que se ultrapasse a mera descrição dos fatos, já delineados no tópico anterior, para que se compreenda a real dimensão institucional e republicana das irregularidades apontadas. Não se trata de um episódio isolado ou de um ato administrativo banal, mas de uma conduta praticada por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, no exercício de sua autoridade simbólica e política, capaz de influenciar, de forma determinante, decisões estratégicas da Administração Pública.

O crime de advocacia administrativa, previsto no artigo 321 do Código Penal é um crime próprio que não exige vantagem econômica direta, tampouco a efetiva obtenção do resultado pretendido. Basta o patrocínio, ainda que indireto, de interesse privado perante órgão da Administração Pública, valendo-se o agente de sua condição funcional. Nesse aspecto, o tipo penal tutela não apenas a legalidade do ato administrativo, mas, sobretudo, a confiança da sociedade na imparcialidade do Estado e na separação entre interesses públicos e privados.

Art. 321 – Advocacia administrativa

Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário público:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.

Parágrafo único. Se o interesse é ilegítimo:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, além da multa.

Segundo o artigo 327 do mesmo diploma legal, para o direito penal, são considerados funcionários públicos quem exerce cargo, emprego ou função pública, mesmo que temporariamente ou sem remuneração.

Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)

Quando a conduta parte de um Ministro da Suprema Corte, essa violação assume contornos exponencialmente mais graves. O Supremo Tribunal Federal não é um órgão administrativo comum; é o guardião da Constituição, o vértice do Poder Judiciário e a última instância de controle dos demais Poderes. A atuação de um de seus membros em favor de interesses privados, junto a um órgão técnico e regulador como o Banco Central, compromete não apenas a legalidade do ato, mas a própria arquitetura institucional do Estado Democrático de Direito.

Ainda que se admita, por hipótese, a inexistência de ingerência formal ou ordem explícita, é juridicamente ingênuo ignorar o peso político e institucional de uma interlocução realizada por um Ministro do STF. A influência decorrente do cargo é inerente à função e dispensa qualquer exteriorização coercitiva. Nesse contexto, o simples ato de interceder já é suficiente para caracterizar o desvio funcional, pois rompe a linha que separa o exercício legítimo da função jurisdicional do indevido patrocínio de interesses privados.

Sob a ótica da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), a conduta também se revela frontalmente incompatível com os deveres funcionais impostos aos magistrados. O artigo 35 da LOMAN impõe ao juiz o

dever de manter conduta irrepreensível na vida pública e privada, bem como de preservar a independência, a imparcialidade e a dignidade do cargo. O artigo 36, por sua vez, veda expressamente ao magistrado qualquer atuação que possa comprometer sua neutralidade ou envolvê-lo em interesses alheios à função jurisdicional.

A intermediação de interesses econômicos relevantes perante órgão da Administração Pública, ainda mais quando esses interesses guardam relação direta com vínculo profissional mantido por familiar direto, viola de forma inequívoca esses deveres. Não se trata apenas de um possível ilícito penal, mas de uma afronta direta ao regime jurídico da magistratura, que exige não apenas imparcialidade real, mas também aparência de imparcialidade.

No atual contexto político e institucional brasileiro, marcado por elevada polarização, concentração de poder decisório no Supremo Tribunal Federal e crescente protagonismo de seus ministros, a gravidade da conduta se acentua. O STF tem exercido papel central na definição de políticas públicas, na mediação de conflitos entre os Poderes e na própria conformação do debate democrático. Qualquer indício de instrumentalização desse poder em benefício de interesses privados corrói a legitimidade da Corte e fragiliza a confiança social em suas decisões.

A advocacia administrativa praticada por um agente de alta hierarquia institucional não representa apenas uma infração penal isolada; ela sinaliza um perigoso precedente de captura do Estado por interesses privados, ainda que de forma velada. Quando esse agente é um Ministro do Supremo Tribunal Federal, o risco é sistêmico, pois atinge o próprio órgão responsável por coibir tais práticas.

Portanto, nota-se presente no caso concreto, portanto, as causas para a instauração e manutenção da investigação criminal, quais sejam **i) TIPICIDADE** (adequação de uma conduta fática a um tipo penal); **ii) PUNIBILIDADE** (além de típica, a conduta precisa ser punível, ou seja, não existir quaisquer das causas extintivas da punibilidade); e **iii) VIABILIDADE** (existência de fundados indícios de autoria).

Diante disso, a apuração rigorosa da conduta atribuída ao Ministro Alexandre de Moraes não é uma opção política ou uma escolha discricionária, mas uma exigência jurídica e institucional. A omissão diante de fatos dessa natureza comprometeria não apenas a efetividade do artigo 321 do Código Penal, mas também a credibilidade da LOMAN e o próprio princípio republicano, segundo o qual ninguém está acima da lei, independentemente da relevância do cargo que ocupa.

Cabe destacar que a presente representação, portanto, não busca antecipar juízos condenatórios, mas assegurar que fatos de tamanha gravidade sejam examinados com a seriedade, a independência e a transparência que o

Estado Democrático de Direito exige. A preservação da autoridade do Supremo Tribunal Federal passa, necessariamente, pela responsabilização de seus membros quando, em tese, se afastam dos limites jurídicos e éticos que legitimam o exercício de tão elevada função.

III. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto é que se requer deste PGR o que segue:

1. Que a presente denúncia seja recebida e que o Ministério Público Federal instaure inquérito visando à devida apuração das infrações demonstradas nesta representação;
1. Que, se verificado, conforme os fatos relatados, o cometimento pelo Excelentíssimo Ministro do STF Alexandre de Moares do crime tipificado no Art. 321 do Código Penal Brasileiro (Advocacia Administrativa), que o Ministério Público Federal se utilize dos poderes legais atribuídos para que se faça cumprir a Lei impondo ao Representado as sanções penais e administrativas ora requeridas.



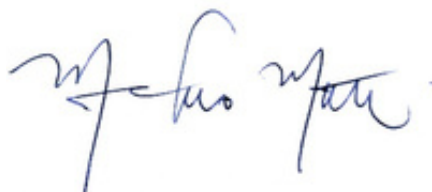
Brasília, 21 de dezembro de 2025

EDUARDO GIRÃO

SENADOR DA REPÚBLICA

DAMARES REGINA ALVES

SENADORA DA REPÚBLICA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Damares Alves', is centered in the upper portion of the document. The signature is fluid and cursive, with a period at the end.